



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
Município de Monte Alegre
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO N. 028/2023

Processo Administrativo nº 031/2023

Assunto: Aquisição de um notebook para a Diretoria Administrativo-Financeiro da Câmara Municipal de Monte Alegre-PA, de forma emergencial.

I- RELATÓRIO.

Trata-se de solicitação de despesa emergencial que visa a aquisição do objeto acima descrito.

Os autos estão instruídos com as devidas justificativas e peças processuais que o procedimento exige.

O ordenador de despesa autorizou o prosseguimento do feito e contratação do objeto.

Nos autos constam dotação orçamentária para atender essa finalidade, assim como constam aos autos a minuta do contrato.

É o relato do necessário, passo a opinar.

II- FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

Inicialmente, destaco que o parecer é ato administrativo por meio do qual se emite opinião de órgão consultivo do Poder Público, sobre assunto de sua competência, sejam assuntos técnicos ou de natureza jurídica, concluindo pela atuação de determinada forma pelo órgão consulente.

Nesse contexto, o parecer poderá ser facultativo, nas situações em que não há obrigatoriedade de sua emissão para prática regular do ato administrativo, sendo obrigatório em hipóteses nas quais a apresentação do



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
Município de Monte Alegre
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL

ato opinativo é indispensável à regularidade do ato, situações em que a ausência do parecer enseja nulidade do ato por vício de forma.

Ademais, mesmo quando é obrigatório, salvo disposição legal expressa, o parecer não tem natureza vinculante, sendo somente ato que manifesta opinião técnica sobre determinado assunto de interesse da Administração Pública. Em resumo, a conclusão do parecer não obriga a autoridade à qual ele se dirige.

Pois bem.

A frase *"toda contratação deve ser precedida de uma licitação"*, é empulhada com muito mais frequência do que propriamente compreendida.

Isso porque, o dever de licitar decorre do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual prevê que:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
Município de Monte Alegre
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL

Ocorre que, o mesmo dispositivo que fala em contratação “*mediante processo de licitação*” inicia a sua enunciação com a expressão “*ressalvados os casos especificados na legislação*”, abrindo margem para que o legislador ordinário pondere os princípios e valores envolvidos na contenda e eleja situações em que, no seu entender, a licitação possa vir a ser afastada. Tais contratações que ocorrem sem uso de licitação prévia são costumeiramente chamadas de “**contratações diretas**”.

A Carta Magna ao admitir exceções à regra da licitação, permite que o legislador ordinário avalie o dever de impessoalidade previsto no art. 37, *caput*, com outros princípios ou interesses igualmente relevantes, podendo resultar dessa ponderação situações em que a prévia competição não se mostra interessante ao ponto de ser obrigatória.

O ponto é que a contratação direta não gera um contrato de “*segunda categoria*”, visto que, é necessário que fique claramente demonstrado na justificativa o cumprimento da hipótese de contratação direta, já que exceções devem ser lidas de forma estrita, literal. Mas feito isso e corretamente instruído o feito, o contrato dele resultante possui tanto respaldo constitucional quanto o efetuado com prévia licitação, já que a exceção meramente atrai a interpretação limitada aos estritos termos da norma, sem que dela se restrinja sua abrangência ou se rebaixe sua importância.

Por essa forma, há duas hipóteses de contratação direta: a decorrente da impossibilidade fática de se proceder a uma competição para contratação em questão (inexigibilidade de licitação) e a que ocorre em razão do permissivo constitucional da parte inicial do art. 37, inciso XXI, da CF/88 (dispensa de licitação).

Sobre a dispensa de licitação, esta se caracteriza pela realização de uma filtragem fático-jurídica feita pelo legislador de que, diante de



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
Município de Monte Alegre
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL

determinadas situações, nas quais haveria a viabilidade jurídica de competição, a realização de um procedimento licitatório pode não atingir ao interesse público da maneira devida, cabendo ao agente público avaliar se a contratação direta figura ou não como a melhor hipótese.

Deste modo, portanto, a licitação dispensável não vincula obrigatoriamente o agente público, o qual pode decidir, diante das circunstâncias do caso concreto, de forma devidamente motivada, que mesmo havendo o permissivo legal para a não realização de licitação, mostra-se melhor atendido o interesse público primário e secundário a sua realização.

Ademais, outro aspecto primordial da licitação dispensável é o seu rol taxativo. Ou seja, existe um rol *numerus clausus* de hipóteses de dispensa, motivo pelo qual a interpretação das hipóteses de dispensa deve ocorrer de maneira restrita.

Realizados os devidos apontamentos, passa-se ao controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

O artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, assim dispõe:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
Município de Monte Alegre
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL

Pela singela leitura, registro que se considera como situação emergencial, asseguradora da regular dispensa de licitação, aquela que precisa ser atendida com urgência, objetivando a não ocorrência de prejuízos.

No caso em testilha, a emergência está evidenciada nas informações contidas na Solicitação de Despesa da lavra do atual Diretor Administrativo-Financeiro desta Casa de Leis, que apresenta o histórico que precedeu o pedido de contratação emergencial. Destacam-se os seguintes excertos:

"(...) Considerando que o Sr. Bruno Augusto dos Santos solicitou e foi exonerado do cargo de Diretor Administrativo-Financeiro desta Casa de Leis;

Considerando que o notebook utilizado pelo referido ex-servidor para pagamentos, acesso a conta bancária da Câmara, transmissão de documentos para os contadores, emissão de contracheques, e gerar demais documentos administrativos necessários ao andamento dos trabalhos desta Casa, pertencia ao servidor exonerado;

Considerando que a Câmara atualmente encontra-se carente de equipamentos de informática, pois a maioria apresentou defeitos irreparáveis;

Considerando que a maioria dos servidores atualmente fazem uso de notebooks próprios;

Considerando que por meio da Comissão de Patrimônio desta Casa Legislativa se certifica que de fato não há qualquer notebook ou computador disponível para uso e trabalho do Diretor Administrativo-Financeiro;

Considerando que há processo para aquisição de diversos equipamentos de informática, porém encontra-se em trâmite para a realização de procedimento licitatório;



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
Município de Monte Alegre
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL

Considerando que o novo Diretor Administrativo-Financeiro não possui notebook e nem computador de uso pessoal que possa ser utilizado para as atividades inerentes que o cargo exige;

Assim, necessário e urgente a aquisição de um notebook com as seguintes configurações mínimas similar ou superior:

Cor: Preto, cinza ou prata; Tamanho de Tela Vertical: 15.6 Polegadas; Processador: Intel; Tipo de Processador: Core i7, 5.0 GHZ; Tamanho da memória: 16GB; Tecnologia da memória: 512 SSD; Velocidade do relógio de memória: 3200MHz; Resolução mínima: 1920 x 1080 pixels; Detalhes do áudio: Fones de ouvido, Alto-falantes; Tipo de conexão: Bluetooth, Wi-fi; Tecnologia de conexão: Bluetooth, Wi-Fi, USB, Ethernet, HDMI; Padrão de conexão sem fio: Bluetooth, Frequência de rádio de 2.4 GHz, 802.11ac; Número de portas USB 2.0: 2; Voltagem: 110 Volts, 220 Volts; Fonte de alimentação: Carregador; Sistema operacional: Windows 11; Pilhas ou baterias inclusas: Sim; Garantia: 12 meses. (...)"

Vê-se que a contratação emergencial decorre de uma cautela para evitar a interrupção dos serviços administrativo e financeiros exercidos pelo Diretor Administrativo-Financeiro (DAF), podendo ocasionar, inclusive, por meio de interpretação, a paralização de pagamento que engloba vencimentos dos servidores, subsídios de vereadores e notas fiscais de fornecedores, dentre outros.

Ademais, aponto a existência das demais justificativas, as quais narram e comprovam que o antigo ocupante do cargo utilizava seu notebook pessoal; não há aparelho disponível para o atual ocupante do cargo; o atual ocupante do cargo não possui aparelho pessoal para uso e realização dos serviços que o cargo exige no âmbito desta Casa de Leis; tramita na Casa Legislativa procedimento licitatório para aquisição de notebook e computadores de mesa.



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
Município de Monte Alegre
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL

Destarte, a contratação direta aqui em exame se faz necessária para evitar danos e prejuízos nos serviços. E nada há nos autos que autorize a conclusão de ocorrência de incúria ou inércia administrativa.

Nesse sentido, segue abaixo a jurisprudência do TCU sobre o tema de dispensa emergencial:

"Para caracterizar situação emergencial passível de dispensa de licitação, deve restar evidente que a contratação imediata é a via adequada e efetiva para eliminar iminente risco de dano ou de comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, restringindo-se ao estritamente necessário ao atendimento da situação calamitosa.

Deve-se divisar a conduta dos agentes públicos que concorreram para originar a situação emergencial da ação daqueles que apenas atuaram para elidir o risco de dano."
(Acórdão nº 1217/2014, Relatora Ministra Ana Arraes, Data da Sessão 14/05/2014).

"A caracterização de situação emergencial, que autoriza o procedimento de dispensa de licitação, deve estar demonstrada no respectivo processo administrativo, evidenciando que a contratação imediata é a via adequada e efetiva para eliminar iminente risco de dano ou de comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

Não se presta a esse fim a presença de pronunciamento técnico apontando a existência de graves problemas



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
Município de Monte Alegre
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL

estruturais, se a interdição do local, por si só, suspenderia eventual risco à segurança dos frequentadores, e descaracterizaria a situação de urgência, possibilitando a realização do devido procedimento licitatório.” (Acórdão nº 1162/2014, Relator Ministro José Jorge, Data da Sessão 07/05/2014).

“A ausência ou precariedade de equipamentos e serviços públicos, que podem ser entendidas como ‘urgência controlada’, não caracterizam por si só a imprevisibilidade e a excepcionalidade exigidas para a contratação direta fundamentada no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/1993, a qual, ainda, deve se restringir aos itens estritamente necessários ao afastamento de riscos iminentes à segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.” (Acórdão nº 513/2013, Relatora Ministra Ana Arraes, Data da Sessão 13/03/2013).

Ultrapassando essa fase, anoto que foram observados os requisitos e exigências previstas no artigo 26, da Lei n. 8.666/93, uma vez que os autos procedimentais estão devidamente instruídos com os documentos imprescindíveis que demonstram a caracterização a situação emergencial (*justificativa*), razão da escolha do fornecedor e justificativa de preço.

Por fim, quanto a minuta do contrato e demais atos pertinentes, entendo que estão revestidos de legalidade.

III- CONCLUSÃO.

Ante o exposto e diante dos fatos e fundamentos ventilados no corpo deste Parecer, assim como com suporte no entendimento da Comissão Permanente de Licitação, entendo ser possível a contratação de empresa para



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
Município de Monte Alegre
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL

aquisição de um notebook para a Diretoria Administrativo-Financeiro da Câmara Municipal de Monte Alegre-PA, de forma emergencial, observando os critérios de configurações descritos no Termo de Referência, sem a necessidade de realização do procedimento licitatório, nos termos do artigo 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.

Deste modo, opino de forma favorável pela possibilidade jurídica da contratação de empresa que forneça de forma imediata o objeto perquirido, pela via direta de contratação, ante o preenchimento dos requisitos para tanto.

Monte Alegre/PA, 11/09/2023

HIGO LUÍS NASCIMENTO PEREIRA

Procurador Jurídico da CMMA

OAB/PA n. 25.189 – Portaria n. 003/2023